



EUROPEIAS 2019
CONVENÇÃO NACIONAL
GAIA - 16 DE FEVEREIRO



**PORTUGAL
PRECISA DE
UM PS FORTE
NA EUROPA**

PÁG. 2



**Portugal
é Europa**

SITE PS EUROPEIAS 2019
europa.ps.pt

Europeias 2019  **PS**



CONVENÇÕES REGIONAIS

PORTUGAL PRECISA DE NA EUROPA

“É necessário dar força ao PS nas próximas eleições europeias”. A mensagem de António Costa nas convenções regionais que o Partido Socialista promoveu, ao longo das últimas semanas, em todo o território, prepara o partido para o Parlamento Europeu do próximo dia 26 de maio.

NO MOMENTO particularmente difícil que atravessa a União Europeia, que se vê “atacada pelo vírus do protecionismo e dos nacionalismos” e colocada perante desafios estruturantes para o futuro da Europa, é fundamental que o PS possa emergir destas eleições como o partido mais votado, lembrando António Costa que se há partido político em Portugal que sempre defendeu, sem vacilar, o projeto europeu, desde a adesão do país à então CEE até aos dias de hoje, é o PS, que o líder socialista definiu como o mais europeísta e o que maior ênfase tem

dado à defesa de uma maior solidariedade e coesão dentro do espaço europeu. O Secretário-geral socialista adianta ainda uma outra razão para justificar a confiança dos portugueses em maio, desde logo, porque o PS “tem feito a diferença na Europa”, lembrando o facto de o atual Governo ter conseguido nestes últimos anos contrariar a tese de que seria preciso deixar a Europa ou o euro para poder libertar o país da austeridade. A prática seguida pelo Governo do PS veio mostrar que era possível desmontar estes prog-

nósticos, à esquerda e à direita, conseguindo provar que era possível “romper com a austeridade”, mantendo o país no euro e “devolvendo salários e pensões que tinham sido cortados, investir no Serviço Nacional de Saúde e na Educação e reduzir os impostos sobre o trabalho”. Tudo isto foi conseguido, lembra ainda António Costa, ao mesmo tempo que “conseguimos ter o défice mais baixo da nossa democracia e reduzir a nossa dívida pública”, mostrando-se convicto de que os portugueses não têm dúvidas sobre a necessidade de defender a União Eu-

ropeia, prossequindo a “visão inspirada de Mário Soares”, mas também de “defender o país no seio da União Europeia”, afirmando a voz de Portugal num projeto comum, sem o qual seria “muito difícil imaginarmos” um país que beneficiou de 32 anos de modernização, desenvolvimento económico, progresso e bem-estar social.

Por uma Europa que garanta coesão, solidariedade e desenvolvimento

Num quadro em que Portugal irá enfrentar nos próximos anos

“três grandes desafios”, a reforma do euro, a negociação das perspetivas financeiras e a defesa do pilar social na Europa, o líder socialista destaca que estes desafios exigem que o país os saiba preparar desde já. António Costa salienta que o PS é o partido, convictamente europeísta, que está em melhores condições de contribuir de forma interventiva para uma verdadeira e sustentada reforma da moeda única, capaz de ajudar a “combater as assimetrias” e de negociar um “fortalecimento da capacidade orçamental na zona euro”, que sustente



UM PS FORTE

foi a pedra de toque presente no ciclo das convenções nacionais, para debater e preparar as eleições para o maio.

a melhoria da competitividade e da coesão entre os Estados-membros”, pois sem uma “solidariedade partilhada” não é possível defender e fortalecer a União Europeia.

O projeto europeu é, para Portugal, “uma vantagem extraordinária” e o “motor fundamental para o desenvolvimento e progresso do país”, que os portugueses “devem ser capazes de proteger e de defender”, mobilizando-se no dia 26 de maio, escolhendo e participando ativamente na construção do futuro, numa “Europa que nos garanta a

coesão, a solidariedade, os direitos humanos, a competitividade e a paz”.

Estas vão ser, também, as eleições em que vão votar pela primeira vez os cidadãos que já nasceram no século XXI, o que significa, como refere António Costa, que “as gerações dos dois séculos se juntam para escolher um futuro em comum”. E é mesmo juntos, defende, que “temos de construir um futuro de solidariedade entre territórios, entre países e continentes”, mas “também entre gerações”.

Votar no partido que “mais tem

defendido a Europa”, salienta, “é estar simultaneamente a defender Portugal”.

“É por isso que é necessário dar força ao PS. Porque temos combates para travar e porque os travaremos melhor se tivermos mais força. É assim que poderemos concluir bem a reforma da zona euro, que podemos negociar bem o próximo quadro plurianual para Portugal e que podemos defender bem a construção de um pilar social, que é essencial para o futuro da Europa”, sustenta o Secretário-geral do PS. ■



Este é um ano de grandes desafios. Um ano politicamente muito exigente, com três atos eleitorais da maior importância para o PS e para Portugal. A 26 de maio, vamos eleger os 21 deputados portugueses ao Parlamento Europeu. Seguem-se as eleições na Região Autónoma da Madeira a 22 de setembro. O ciclo eleitoral termina a 6 de outubro com as eleições legislativas.

As eleições europeias costumam ser pouco participadas. Há cinco anos, em Portugal, a taxa de abstenção situou-se nos 66%, muito acima da média europeia (57%). Estamos todos convocados para mobilizar o país, reduzir os níveis de abstenção e defender o projeto europeu. Não podemos permitir que o populismo e a demagogia medrem à custa da incerteza e do medo e que os partidos extremistas saiam reforçados.

Os novos eleitores já nascidos neste século não têm memória do que era Portugal antes da adesão à comunidade europeia. Mas devem saber que a pertença à União Europeia nos protege neste mundo globalizado e desigual e que uma saída da UE pode causar os maiores danos, como já se está a verificar no Reino Unido por causa do Brexit: desvalorização da libra, deslocalização de empresas, desinvestimento estrangeiro, desemprego...

A anteceder esta grande Convenção Nacional, o PS levou o debate sobre a Europa a todo o território nacional, realizando sete Convenções Regionais. Em conjunto com as forças vivas de cada região foi possível analisar até que ponto “a Europa mudou a vida do país, de cada região e das pessoas” e refletir sobre a Europa que queremos. Uma Europa que respeite os seus princípios fundadores e garanta aos seus cidadãos a paz, a democracia, os direitos humanos, a coesão e o bem-estar.

O PS sai desta Convenção Nacional com um excelente cabeça de uma lista totalmente paritária, mais forte e unido para ganhar as eleições e ajudar a Europa a reconquistar a confiança e o coração dos europeus. O mundo precisa de uma UE forte, coesa e prestigiada na cena internacional, que lidere o combate ao terrorismo, às alterações climáticas e às desigualdades e se prepare para os desafios da sociedade digital.

Donde partimos, onde estamos e onde queremos chegar é a reflexão que devemos fazer. Antes da crise, a UE foi-se construindo na base do alargamento e do aprofundamento. Os sucessivos alargamentos foram sempre acompanhados do reforço das políticas de coesão. O que faz todo o sentido porque os países não são todos iguais, têm histórias, prioridades e necessidades distintas. O problema da EU não é, pois, de velocidade, mas de direção. É preciso garantir que o “pilar social” será tão ambicioso nos objetivos como o pilar orçamental.

O governo de António Costa já provou que é possível virar a página da austeridade, devolver rendimentos às famílias e cumprir os compromissos da moeda única. O êxito da governação socialista devolveu a Portugal a atenção e o respeito dos seus pares e permitiu que Mário Centeno seja hoje o presidente do Eurogrupo.

É a hora de fazer escolhas. Como dizia Jean Monnet, “a Europa será feita do conjunto das soluções que forem dadas às crises que consiga superar”. Porque rejeitamos o passado do “orgulhosamente sós” e não queremos voltar a uma Europa dividida e em guerra, a nossa escolha é clara: queremos uma Europa mais unida, mais competitiva e mais solidária. Uma Europa das pessoas. Convictos de que “a Europa é o nosso futuro comum”. ■



CONVENÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Lisboa e Montijo – 8 e 9 de fevereiro

O Cineteatro Joaquim d'Almeida, no Montijo, acolheu um debate alargado em torno do Desenvolvimento Económico, das Infraestruturas, do setor Agroalimentar, da Indústria e do Turismo, da Mobilidade Urbana e Transição Energética e das Assimetrias Regionais e Sociais, dinamizado pela deputada e ex-secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques. Em Lisboa, o emblemático Café Nicola foi palco da tertúlia 'Conversas sobre a Europa', onde se falou de Sociedade Digital, Desigualdades e Alterações Climáticas.



CONVENÇÃO DOS AÇORES

Ponta Delgada – 26 de janeiro

A Economia, a agricultura, as pescas e a coesão social no pós-2020 foram os temas da Convenção da Região Autónoma dos Açores, no Salão Nobre do Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, com moderação do eurodeputado Ricardo Serrão Santos.



CONVENÇÃO DA MADEIRA

Ponta do Sol – 26 de janeiro

O município de Ponta do Sol recebeu o debate sobre 'Coesão Territorial', conduzido pela eurodeputada Liliana Rodrigues, num encontro em que estiveram em destaque as propostas e a visão do PS para o futuro da Região Autónoma da Madeira.



CONVENÇÃO DA REGIÃO NORTE

Vila Real – 2 de fevereiro

'Os Desafios do Futuro', abordando as questões da Demografia e Coesão, da Cooperação Transfronteiriça e das Empresas e da Inovação, foi o tema forte do debate dedicado à região Norte do país, moderado pelo deputado europeu Pedro Silva Pereira. Antecedendo o debate, o Café Concerto do Teatro Municipal Vila Real recebeu mais uma edição das 'Conversas sobre a Europa'.



CONVENÇÃO DA REGIÃO CENTRO

Castelo Branco – 19 de janeiro

A Indústria, a Inovação e o Conhecimento marcaram o debate da Região Centro, no Instituto Politécnico de Castelo Branco, moderado pelo antigo secretário de Estado da Indústria, João Vasconcelos, com ampla participação dos setores académico e empresarial.

Os temas da Sociedade Digital, das Desigualdades e das Alterações Climáticas, pontuaram mais uma sessão das 'Conversas sobre a Europa', no Café Devesa.





CONVENÇÃO DO ALGARVE

Tavira – 13 de janeiro

Os 33 anos de integração europeia e o seu impacto ao nível do emprego e da inovação, foi o tema do debate na região algarvia, que decorreu em Tavira, dinamizado por José Apolinário, atual secretário de Estado das Pescas e antigo deputado ao Parlamento Europeu.

CONVENÇÃO DO ALENTEJO

Beja e Alqueva – 12 de janeiro

A Pousada do Alqueva recebeu a primeira convenção regional às europeias, dedicada à região do Alentejo, num debate marcado pelas oportunidades que o projeto do Alqueva veio trazer à região do Alentejo, nas dimensões da agricultura, do turismo, do conhecimento e da inovação, moderado por Carlos Zorrinho, presidente da delegação dos socialistas portugueses ao Parlamento Europeu. No Café Luís da Rocha, em Beja, teve lugar a primeira edição da tertúlia 'Conversas sobre a Europa', dedicada a um diálogo sobre Sociedade Digital, Desigualdades e Alterações Climáticas.





CONGRESSO DO PES

PORTUGAL ESTÁ HOJE MAIS FORTE NO CENTRO DA EUROPA

Houve quem se enganasse quando há três anos “antecipava que Portugal iria deslocar da Europa e partir rumo ao sul do Atlântico”, quando, em finais de 2015, o atual Governo assumiu responsabilidades políticas, afirmou o Secretário-geral do PS e primeiro-ministro, na sessão de encerramento do Congresso do Partido Socialista Europeu (PES), que decorreu nos dias 7 e 8 de dezembro, em Lisboa.

RECORRENDO a uma frase um dia proferida por Mário Soares, segundo o qual “só é derrotado quem desiste de lutar”, António Costa fez questão de sublinhar que o momento que Portugal hoje vive, económica e socialmente, é o de um país que está agora “mais do que nunca e mais do que no passado recente no centro da Europa”. Quanto à União Europeia, o líder dos socialistas portugueses, depois de a comparar a uma família em que “cada um dos seus membros tem a sua individualidade”, manifestou satisfação

por hoje haver, em quase todos os países europeus, uma prática política sustentada na “pluralidade de opiniões e soluções democráticas alternativas entre os europeístas”, algo que rotulou de “essencial”.

Segundo António Costa, Portugal está hoje “mais forte no euro”, graças não só aos méritos e às opções políticas tomadas pelo seu Governo ou por causa da presidência “muito positiva” do ministro Mário Centeno à frente do Eurogrupo, mas também porque nunca desistiu de lutar contra aqueles que defen-

diam que era preciso que “saíssemos da moeda única para nos libertarmos da austeridade”, ou dos outros que, pelo contrário, sustentavam que “nos tínhamos que sacrificar à austeridade para podermos continuar no euro”.

Política diferente

Para o primeiro-ministro, a realidade económica, mas também social, que hoje se vive em Portugal, é um exemplo para a Europa e para o mundo, com o “défice mais baixo da história da democracia portuguesa, com mais e melhores empregos,

mais crescimento e mais confiança”, com o país a “convergir claramente e de novo com a União Europeia”, confirmando, deste modo, como salientou, que era possível, “como sempre o dissemos”, ter políticas diferentes e obter melhores resultados do que seguindo a receita da austeridade.

O Secretário-geral do PS considerou que a resposta séria para derrotar os “medos dos cidadãos, passa pela “unidade europeia”. Uma unidade, sustentou António Costa, que deve ser consubstanciada na defesa de uma “integra-

ção europeia com base nos valores da democracia, da tolerância, do modelo social europeu e do comércio livre regulado”, antecipando as próximas eleições europeias como determinantes e as “mais exigentes de sempre para os socialistas europeus”.

O caminho, apontou, está numa resposta mais equilibrada, em “termos uma União Europeia com os nossos valores socialis-democratas”, sendo estes para o líder socialista, os “únicos capazes de responderem às necessidades dos nossos cidadãos”. ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

REAFIRMAR OS VALORES SOCIALISTAS EUROPEUS CONTRA O MEDO E A XENOFOBIA

Estamos “no início de uma caminhada para que os socialistas ganhem as próximas eleições europeias”, afirmou a Secretária-geral adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, no congresso do PES.

“**EM PORTUGAL** estamos a fazer mudanças e a mostrar que é possível uma alternativa na Europa. Mas isto não se faz sozinho, faz-se com a Europa”, disse. A dirigente socialista destacou a estratégia política do PS e a ação do Governo liderado por António Costa que “rompeu barreiras” e “ousou pensar diferente”, o que permitiu alcançar os bons resultados que todos reconhecem.

“O que se joga hoje na Europa é o medo contra a esperança, a incerteza contra a confiança, o egoísmo e o individualismo contra a solidariedade, a desagrega-

ção contra a integração europeia, e o populismo contra a democracia”, afirmou.

A dirigente socialista considerou um imperativo “combater no imediato a xenofobia, o isolacionismo, a demagogia e o populismo”, acrescentando que “precisamos de uma Europa sustentável dos pontos de vista ambiental e económico”.

“Somos radicalmente europeus, somos defensores radicais da democracia, queremos uma alternativa a esta Europa tecnocrática e que se desagrega todos os dias”, afirmou Ana Catarina Mendes, sublinhan-

do que “só com maior coesão social e integração política a União Europeia pode dar melhores respostas aos cidadãos”.

Agenda progressista é a única que responde aos cidadãos

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, sublinhou a predominância de autarcas progressistas nas principais cidades europeias e das suas políticas, o que, defende, “é a única agenda que responde aos problemas dos cidadãos”.

“Se viram o que acontece nos



principais meios urbanos, concluímos que as principais cidades do mundo são governadas por progressistas. E mesmo no pequeno número de grandes cidades que não têm autarcas progressistas, mas de direita, a maior parte delas segue uma agenda de políticas progressistas”, observou.

Para Fernando Medina, “a agen-

da progressista é a única que responde aos problemas dos cidadãos”.

O edil lisboeta aproveitou, ainda, a oportunidade para dedicar uma palavra de apreço e incentivo ao candidato socialista a presidente da Comissão Europeia nas próximas eleições europeias, o holandês Frans Timmermans. ■ **JOÃO QUINTAS**

CIMEIRA DE CHIPRE PAÍSES DO SUL DA EUROPA REAFIRMAM COMPROMISSO COM VALORES E DESAFIOS DO PROJETO EUROPEU

António Costa participou na V Cimeira dos países do Sul da Europa, realizada em Nicósia, Chipre, reafirmando os valores fundadores da União Europeia e a defesa do acordo sobre o Brexit.



NA DECLARAÇÃO final da quinta cimeira dos países do Sul da Europa, que teve lugar em Nicósia, os sete países participantes reforçaram o seu "profundo empenho no projeto europeu e nos valores comuns como o Estado de direito, a liberdade, a democracia, os direitos humanos e a solidariedade" e consideraram que "a União Europeia deve enfrentar os seus múltiplos desafios através de uma contínua mostra de solidariedade e respostas coletivas".

Além do primeiro-ministro português, a cimeira contou com a presença dos Presidentes da

República de França, Emmanuel Macron, e de Chipre, Nicos Anastasiades, e dos primeiros-ministros de Itália, Giuseppe Conte, de Malta, Joseph Muscat, e da Grécia, Alexis Tsipras, tendo a Espanha sido representada pelo atual ministro dos Negócios Estrangeiros, Josep Borrell.

Os representantes dos sete países defenderam ainda a saída ordenada do Reino Unido da União Europeia, no final de março, e pretendem manter a defesa do acordo alcançado entre a União Europeia e o Reino Unido, procedendo à sua ratificação.

Conclusão da reforma da zona euro

A reforma da União Económica Monetária e a conclusão pela União Bancária de um Orçamento da União Europeia, para o período entre 2012/2027, "com os meios suficientes" para responder às aspirações e preocupações dos cidadãos europeus, foram outras matérias que mereceram consenso dos países que participaram nesta cimeira. António Costa alertou que atualmente "a União Europeia está a crescer, mas a recuperação económica não é imparável. A economia tem ciclos e deve-

mos saber que este é o momento para nos prepararmos para o ciclo seguinte".

"Este foi o mandato claro dado ao Eurogrupo no último Conselho Europeu de Dezembro, com um calendário preciso, que deve ser respeitado. Se o fizermos, fortaleceremos a zona euro, mas, igualmente, a União Europeia no seu conjunto", disse o Secretário-geral do PS.

África e migrações

Promover uma ampla parceria com África para o desenvolvimento económico, a par da gestão das migrações, são outros

dos objetivos que constam na declaração final da cimeira.

"As migrações são um dos desafios mais importantes que enfrenta a União Europeia", pelo que são fundamentais "soluções de longo prazo, combinadas com um controlo mais efetivo das fronteiras externas da União", consideram os representantes dos sete países, os quais dizem confiar "numa responsabilidade partilhada, fundada nos princípios da solidariedade" e consideraram necessária uma "reforma efetiva do Sistema Europeu Comum de Asilo". ■ **JOÃO QUINTAS**

CIMEIRA DO SUL DA EUROPA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE EM 2021 FOCADA NAS RELAÇÕES COM ÁFRICA

Portugal vai assumir em 2021 a presidência da União Europeia com os olhos postos em África. A garantia foi dada por António Costa, no final da cimeira de Chipre.

O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou que o tema fundamental da presidência portuguesa da União Europeia em 2021 vai ser o das relações entre a União Europeia e o continente africano, considerando ser este um tema "essencial" para que haja uma efetiva e clara solidariedade na "regulação dos fluxos migratórios".

Segundo António Costa, as presidências europeias "devem ser preparadas com tempo", assu-

mindando que o tema das relações com África é uma área em que Portugal, também e sobretudo por "questões históricas", tem uma mais-valia clara em relação aos restantes Estados-membros da União Europeia. Para António Costa este é um dos assuntos que se reveste da maior relevância para a Europa, lembrando o primeiro-ministro português, a este propósito, que o continente tem passado por diversas crises migratórias,

o que, em sua opinião, torna fundamental que a Europa disponha de um "mecanismo permanente de solidariedade".

O primeiro-ministro teve ainda ocasião de manifestar grande satisfação por todos os líderes dos governos dos países do Sul europeu terem subscrito o princípio de que a União Europeia deve dar "clara prioridade" à cooperação com os "países de trânsito dos migrantes", investindo no seu "desenvolvimento



económico, na paz e na promoção dos direitos humanos", referindo ser esta uma condição fundamental para "termos uma

boa gestão dos fluxos migratórios", assente nos princípios da "solidariedade e da responsabilidade". ■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



PARA além do primeiro-ministro e do ministro Pedro Marques, esteve ainda presente nesta cerimónia a comissária europeia para a Política Regional, Corina Cretu, tendo na ocasião António Costa mostrado satisfação pelo reforço das verbas para o Portugal 2020, em mais 2,7 mil milhões de euros, passando a dispor de um investimento avançado de 7,3 mil milhões de euros.

Segundo António Costa, é através da política de coesão que é possível melhorar as condições de vida dos europeus, enumerando a este propósito um conjunto de benefícios que Portugal tem vindo a granjear desde a sua adesão em 1986 à comunidade europeia, destacando os muitos investimentos feitos na melhoria do sistema de saneamento bá-

sico, mas também na eficiência energética ou na reabilitação urbana, recordando ainda as mais-valias obtidas pelas empresas em resultado dos investimentos vindos da política de coesão, traduzidos na criação, designadamente, de "mais e melhores empregos".

Na perspetiva do primeiro-ministro, a Comissão Europeia tem de "preservar e de defender" a política de coesão para que ela continue a ser o "motor de progresso partilhado em toda a União Europeia", assumindo um peso ainda mais reforçado no próximo quadro financeiro, quando a Europa for confrontada com "novos desafios".

Entre estes desafios, António Costa citou as matérias das migrações e da área da Defesa, mas também os focos de instabi-

REPROGRAMAÇÃO PORTUGAL 2020

MOBILIZAR O PAÍS PARA UMA DÉCADA DE CONVERGÊNCIA COM A EUROPA

É a política de coesão que aproxima Bruxelas "da rua de cada um de nós", defendeu António Costa na apresentação da reprogramação do Portugal 2020, reafirmando o objetivo de Portugal "ter uma década de convergência sustentável com a União Europeia".

lidade que as fronteiras externas da União Europeia vão enfrentar ou, ainda, como também referiu, o necessário investimento que vai ser preciso fazer na investigação e no desenvolvimento.

Com este reforço agora anunciado para o programa Portugal 2020, o primeiro-ministro teve o ensejo de anunciar que, do total da reprogramação dos fundos europeus "autorizados pela Comissão Europeia", mais de 2,4 mil milhões de euros serão destinados a três eixos prioritários, enumerando a inovação nas empresas, o investimento de proximidade e aquele que é "o maior défice estrutural do país", as qualificações dos portugueses.

Investimento no terreno já nas próximas semanas

Pedro Marques garantiu que

cerca de um quarto da reprogramação do Portugal 2020, cerca de 1,8 mil milhões "vão para o terreno já nas próximas semanas", designadamente para investimentos municipais em equipamentos coletivos como escolas, unidades de saúde ou projetos de reabilitação, ou ainda de mobilidade urbana, assim como "apoios às empresas e à sua competitividade".

Depois de ter saudado a memória de Mário Soares, que completaria 94 anos de idade, e o seu legado na adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), Pedro Marques destacou ainda que este aumento das verbas para o Portugal 2020 vai igualmente permitir que se avance com a modernização da linha

ferroviária de Cascais e com a linha do metro do Mondego e, ainda, com a disponibilização de mais verbas para os territórios de baixa densidade.

O ministro do Planeamento e Infraestruturas salientou ainda que a reprogramação dos fundos comunitários "teve por objetivo reforçar o alinhamento do Portugal 2020 com o Programa Nacional de Reformas, como a estratégia de médio prazo para o desenvolvimento do País, de modo a responder aos principais desafios que Portugal enfrenta", acrescentando que a sua execução "coloca Portugal em 1º lugar no top de execução de fundos europeus, entre todos os países com um envelope financeiro comparável".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou a aprovação pelo Governo de um plano de contingência para fazer face a uma eventual saída não negociada do Reino Unido da União Europeia, referindo que Portugal "tem de estar preparado para o pior dos cenários".

António Costa lembrou que este é um plano na "previsão do pior cenário", ou seja, caso não haja acordo entre ambas as partes até ao próximo dia 29 de março, defendendo que, em qualquer caso, Portugal tinha de aprovar desde já "medidas preparatórias".

Destas medidas, o líder do Executivo destacou, designadamente, o folheto que já foi produzido com informação dirigida aos cerca de 23 mil cidadãos britânicos que vivem em Portugal, garantindo-lhes não só a continuação da sua "segurança e tranquilidade", mas também poderem continuar a beneficiar no período transitório até 31 de dezembro de 2020 de "direitos no acesso à saúde, ao reconhecimento das suas habilitações académicas para o exercício da atividade profissional assim como da suas cartas de condução".

PLANO DE CONTINGÊNCIA FACE AO BREXIT

REFORÇO CONSULAR, PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS E APOIO ÀS EMPRESAS

Portugal vai reforçar o apoio consular aos portugueses que vivem no Reino Unido e criar uma linha de 50 milhões de euros de apoio às empresas nacionais que exportam para este país, medidas que serão imediatamente acionadas verificando-se a inexistência de acordo para o Brexit.

O plano de contingência prevê também a abertura de "corredores para cidadãos britânicos" nos aeroportos de Faro e do Funchal, de forma a "manter os fluxos turísticos a níveis habituais" e evitar "situações de bloqueio". A par destas medidas, o Governo decidiu ainda reforçar com 60 funcionários as alfândegas, de forma a fazer "face às novas obrigações de controlo alfandegário", tendo também deliberado acionar os mecanismos de cooperação policial e judiciário que estão previstos nos acordos bilaterais.

Apoio às empresas portuguesas

Este pacote de medidas inclui ainda uma linha de 50 milhões de euros destinada às empresas portuguesas que exportam predominantemente para o Reino Unido, ajudando-as a "diversificar os seus canais de exportação", estando também prevista a criação de um conjunto de apoios aos cerca de 400 mil portugueses que vivem e trabalham no Reino Unido, designadamente criando "35 permanências consulares em 16 locais diferentes no Reino Uni-

do", sublinhando a este propósito o primeiro-ministro que nos últimos dois anos, "houve um reforço de 25% do pessoal consular".

Este programa inclui também a criação de um balcão específico na Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) para atendimento sobre as "implicações da saída do Reino Unido da União Europeia", e, ainda, uma campanha nas ilhas britânicas "para promover o turismo em Portugal".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030

DESENVOLVIMENTO PARA A PRÓXIMA DÉCADA DEVE CONGREGAR A VONTADE COLETIVA DO PAÍS

O Governo escolheu como tema para o primeiro debate quinzenal de 2019, na Assembleia da República, o Programa Nacional de Investimentos 2030, anunciando investimentos públicos em áreas e em projetos tão diversos como os comboios, infraestruturas portuárias, os metropolitanos de Lisboa e do Porto, aeroporto, barcos ou a saúde.

RECONHECENDO que o investimento público tem sido um dos debates “mais divisivos” nas últimas décadas da democracia portuguesa, o primeiro-ministro garantiu no parlamento que o Governo vai mesmo avançar com um conjunto vasto de investimentos públicos, defendendo que as “grandes decisões” não podem ficar reféns do ciclo político, mudando o sentido a cada mudança de governo”. António Costa sustentou que o “maior custo, muitas vezes, acaba por ser mesmo a não decisão”, defendendo, por isso, que o país tem de ter “capacidade de planeamento, de compromisso e de execução”.

Na sua intervenção, António Costa sublinhou que o “investimento público cresceu e continua a crescer”, ao longo desta legislatura, com a administração central a registar um acrés-

cimo de 33% no investimento em 2018, garantindo que no ano que agora se iniciou este mesmo investimento “voltará a crescer cerca de mais 20%”, o que representa, como aludiu, “mais 380 milhões de euros aplicados em serviços públicos e infraestruturas estruturantes”.

Mais investimento na Saúde

O primeiro-ministro referiu-se ainda ao investimento que o Estado fez e vai continuar a fazer nos hospitais públicos, às “dezenas de milhões de euros” que o Governo já canalizou para o setor da saúde, designadamente em equipamentos ou em novas contratações de médicos, enfermeiros ou de técnicos de saúde, estando neste momento a decorrer, como adiantou, “22 projetos de requalificação ou ampliação em serviços de ur-

gência num valor que supera os 50 milhões de euros”.

Mas também na Educação, onde o investimento nas escolas públicas, como garantiu, vai crescer até 2020 cerca de 735 milhões de euros, tendo sido já iniciadas obras em “217 escolas públicas em todo o país”. Quanto à ferrovia, António Costa referiu que estão em execução obras “em todos os principais corredores ferroviários do país”, dando os exemplos dos trabalhos que decorrem já na Linha do Minho, na Linha da Beira Baixa, recuperando a ligação entre a Covilhã e a Guarda, e que ficará operacional no segundo trimestre de 2019, “após dez anos de suspensão”, na Linha da Beira Alta, que será “finalmente retomada no segundo trimestre deste ano” e que vai representar, como adiantou, um “investimento de mais de

600 milhões de euros”.

Também no corredor internacional sul, que ligará os portos de Lisboa e Sines a Espanha, foram lançadas novas empreitadas, com destaque para a “nova linha entre Évora e Elvas”, um novo equipamento que representa, como acentuou, a construção da “maior extensão da linha férrea em Portugal dos últimos 100 anos”.

Quadruplicar o investimento

O primeiro-ministro teve ainda ocasião para anunciar, no que respeita aos transportes públicos, que o Governo “vai quadruplicar” nesta legislatura o investimento realizado pelo anterior governo, assinalando que “serão mais de 300 milhões de euros destinados à renovação de frotas, expansão de redes, aquisição de material e refor-

ço de recursos humanos e de segurança”, investimentos que são fundamentais, como referiu, para “assegurar a coesão territorial e reforçar a competitividade do país”.

Quanto ao Programa Nacional de Investimentos 2030, o chefe do Governo, depois de acentuar que projeta uma “visão de médio prazo”, visando reforçar a competitividade externa e a coesão interna com “bases de convergência continuada e sustentada com a União Europeia”, lembrou que, ao longo dos últimos meses, o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, liderado pelo ministro Pedro Marques, “ouve mais de 100 entidades, em várias sessões de audição pública, temáticas e regionais”, tendo sido, como referiu, “recebidos centenas de contributos e sugestões de iniciativas”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS

PNI 2030 TRARÁ ESTABILIDADE PARA OS GRANDES INVESTIMENTOS QUE O PAÍS PRECISA

“Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Governo contará com o total empenho para a melhoria” do Programa Nacional de Investimentos, um “programa decisivo para o reforço da nossa economia” e para a “continuidade da convergência com a União Europeia na próxima década”, garantiu o vice-presidente da bancada do PS, João Paulo Correia, no Parlamento.

O DEPUTADO socialista recordou que o Programa Nacional de Investimentos (PNI) 2030 chega à Assembleia da República “após ampla discussão pública”, em que o Governo “percorreu as regiões, ouviu os autarcas, as associações representativas, os especialistas de diversas áreas”.

“Estamos a falar de investimentos que, individualmente, têm no mínimo uma dotação orçamental de 75 milhões de euros. Todos eles plurianuais e muitos destes investimentos atravessam legislaturas e, como tal, a realidade tem-nos demonstrado que não é possível sujeitar investimentos estruturantes para a economia aos avanços e recuos de sucessivos governos”, alertou.

João Paulo Correia enumerou algumas vezes em que o país foi confrontado com “a falta de consenso sobre projetos estruturantes”, como foi o caso da indecisão de décadas quanto à construção do Alqueva, e também os “anos de indecisão sobre o novo aeroporto na região de Lisboa, que roubou o tempo certo para o arranque de

uma infraestrutura vital para a competitividade da nossa economia”.

Investimento caiu mais de metade durante o Governo PSD/CDS

O vice-presidente da bancada parlamentar do PS lembrou depois promessas falhadas do anterior Governo de direita: “PSD e CDS prometeram uma saída limpa e aquilo que se veio a descobrir com a mudança do Governo foi uma saída muito suja, principalmente no setor financeiro. Recordar que nos deixaram problemas graves no Banif e problemas graves na Caixa Geral de Depósitos”.

Numa comparação entre a ação do atual Executivo e do anterior, João Paulo Correia afirmou que, “enquanto o investimento público cresceu 25% em 2017, tornou a crescer em 2018 e vai crescer em 2019, no tempo do anterior Governo, o investimento público caiu para mais de metade. PSD e CDS não são amigos do investimento público”.

Assim, o compromisso do PS e do Governo de “trazer este

programa a debate e votação no Parlamento” está “em curso”, frisou. “Ao contrário dos anteriores programas de investimento, este não será apenas o programa do Governo, mas também será o programa sufragado na Assembleia. Procura-se legitimidade e estabilidade para os grandes investimentos que o país precisa para a próxima década”, salientou.

PNI deve gerar consensos “a bem do país”

Também a deputada do PS

Hortense Martins considerou o PNI um “documento estratégico de extrema importância e relevância para o país”, explicando que o objetivo é que “tenha uma visão para o futuro de Portugal em termos de desenvolvimento, aproveitamento do seu potencial e recursos, e de valorização do território”.

“É, pois, um instrumento fundamental no que concerne ao investimento em infraestruturas, em equipamentos ao serviço do bem-estar e da melhoria das condições de vida dos portugueses”, com um va-

lor de “quase 22 mil milhões de euros para um horizonte de dez anos”, referiu.

E concordou com o primeiro-ministro, António Costa, que disse que o maior custo é “não decidir”. “Já tivemos erros demais no passado que custaram caro aos portugueses”, lembrou.

Hortense Martins dirigiu-se depois às bancadas da direita para garantir que “não se trata de eleitoralismo, como gostam de referir”. “A verdade é que é necessário avançar com estes investimentos”, como na altura em que o atual Executivo tomou posse “foi necessário avançar com o PETI 3+ para o bem do crescimento da nossa economia, do desenvolvimento do país e das pessoas e regiões”, defendeu a deputada, acrescentando que, assim, o Governo do PS desbloqueou “a falta de projetos que se verificava na altura”.

A parlamentar socialista saudou ainda o Governo por o reforço da coesão territorial ser um dos primeiros desígnios do programa.

■ CATARINA CORREIA



EXPANSÃO DA CAPACIDADE AEROPORTUÁRIA DE LISBOA

INVESTIMENTO DE 1,15 MIL MILHÕES PARA RECUPERAR ATRASO DE CINCO DÉCADAS

A decisão de expandir a capacidade aeroportuária de Lisboa, aumentando a área do aeroporto Humberto Delgado e recorrendo à complementaridade da base aérea militar do Montijo, “surge agora e vem com 50 anos de atraso”, defendeu o primeiro-ministro na cerimónia de assinatura do acordo sobre o modelo de financiamento para a construção e remodelação destes dois equipamentos.

“A DECISÃO está tomada” e agora “há que a por em prática”, garantiu o primeiro-ministro no Montijo, na cerimónia de assinatura do modelo de financiamento para as obras de remodelação e de expansão do aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa, e do novo aeroporto civil do Montijo, entre o Estado e a ANA - Aeroportos.

Esta é uma decisão que vem, como salientou António Costa, com cerca de cinco décadas de atraso, reconhecendo, contudo, que mesmo depois do acordo assinado o “debate vai prosseguir”, até porque todo este processo está ainda dependente, como destacou, das avaliações de impacto ambiental da con-

versão da base aérea do Montijo, sendo que, na opinião do primeiro-ministro, nada impede que não se avance já com os trabalhos que têm a ver com a melhoria das condições de operação no aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

O contrato assinado pelo primeiro-ministro e pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, entre o Estado e a ANA, prevê que esta empresa invista cerca de 1,15 mil milhões de euros na expansão do equipamento da capital e na transformação da base militar do Montijo num aeroporto civil, o qual deverá começar a operar em 2022.

Depois de manifestar o seu con-



tentamento por esta decisão ter merecido, por um lado, um alargado “acordo político”, e, por outro lado, “o apoio dos autarcas da região”, o primeiro-ministro reafirmou o que antes já tinha salientado, que em todo este processo “há apenas uma condicionante que ninguém pode pôr em causa”, a avaliação do impacto ambiental e a garantia de que vai haver absoluta segurança aeroportuária no Montijo.

Humberto Delgado como verdadeiro ‘hub’ aeroportuário

Para o primeiro-ministro, António Costa, o aeroporto Humberto Delgado, ao contrário do que normalmente se costuma dizer,

pela sua atual dimensão, “ainda não é um ‘hub’ (plataforma de ligação) como outros aeroportos”, designadamente na Europa, imputando responsabilidades a quem durante os últimos cerca de 50 anos se recusou a “executar atempadamente” o processo de expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa, recordando que os estudos “começaram há cinco décadas no Governo de Marcello Caetano”. A este propósito, António Costa sustentou que o país está a “pagar um custo muito elevado” pelas constantes perplexidades e hesitações dos sucessivos governos ao longo das últimas décadas, dando o exemplo da atual “asfixia do aeroporto da Portela”

onde se nota, como referiu, uma clara dificuldade deste equipamento em responder ao enorme fluxo de passageiros que têm vindo a procurar Lisboa, designadamente de turistas, com custos claros e evidentes para a economia portuguesa.

Contudo, o primeiro-ministro não deixou igualmente de referir que entre as “lições que deverão ser aprendidas” está o facto de as decisões, em todo o caso, terem de “assentar sempre em informações técnicas, transparentes, sindicáveis e seguras” e “partilhadas por todos”, pelo que destacou a importância do Conselho Superior de Obras Públicas.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

SOLUÇÃO ADEQUADA E SUSTENTÁVEL

O ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, considera que a construção do aeroporto no Montijo “é uma solução adequada, comportável e sustentável” e que “reúne consenso suficiente para avançar”.

“ASSINALAMOS hoje um momento marcante para a expansão da capacidade aeroportuária do nosso país”, disse Pedro Marques.

Na sessão, que teve lugar na Base Aérea n.º6, no Montijo, o ministro afirmou que “chega de hesitações”, acrescentando que “este é o momento de avançar com uma decisão clara para as necessidades da região e do país; uma decisão competitiva e comportável”.

A opção de construir o aeroporto complementar no Mon-

tijo é uma solução que “reúne consenso suficiente para avançar» e que “responde às necessidades de desenvolvimento do País”, considera Pedro Marques. Para o ministro das Infraestruturas, o contrato formalizado no dia 8 de janeiro, entre o Estado e a concessionária dos aeroportos nacionais é “muito significativo”, nomeadamente por definir e permitir avançar, desde já, com os investimentos necessários a curto prazo, por forma a que o tráfego aeroportuário no Aeroporto Humberto Delgado con-



tinua a crescer em 2019 e nos anos seguintes.

“O País precisa deste projeto de investimento, e precisa dele agora. Com a sua execução, duplicamos a capacidade aeroportuária da Região de Lisboa”, declarou o governante.

Aeroporto do Montijo

O aeroporto complementar do Montijo, que deverá entrar em funcionamento em 2022, será

“vocado para ligações ponto-a-ponto e de médio curso, que sofrerá um investimento de 691 milhões de euros”, o que irá permitir que receba inicialmente sete milhões de passageiros, anunciou Pedro Marques.

“Será um aeroporto seguro, seguindo os melhores padrões internacionais, que serão certificados pelas autoridades competentes, e ambientalmente conforme, pois, todas as medidas

que vierem a ser decretadas no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental serão implementadas”, garantiu o governante.

O ministro do Planeamento e das Infraestruturas avançou, ainda, que “este aeroporto será potenciado por um conjunto de acessibilidades e de transportes públicos, que reforçarão a centralidade da infraestrutura e a competitividade da península de Setúbal, disse Pedro Marques.

Criação de 10.000 empregos

De acordo com Pedro Marques, o número de postos de trabalho diretos e indiretos gerados pelo novo aeroporto será superior a 10 000, “o que coloca este investimento, a par da Autoeuropa, como os maiores investimentos na Península de Setúbal no período da democracia”.

■ JOÃO QUINTAS



ANTÓNIO COSTA QUER APROVAR LEI DE BASES DA SAÚDE

A MISSÃO DESTE GOVERNO É RECUPERAR O QUE A DIREITA DESTRUIU E PROSSEGUIR O CAMINHO DE SUCESSO PARA O PAÍS

Uma das tarefas deste Governo “é recuperar aquilo que a direita destruiu” meticulosa e regularmente, durante os quatro anos e meio em que esteve no poder, afirmou hoje o primeiro-ministro, no debate quinzenal na Assembleia da República, acusando o anterior executivo PSD/CDS de ter “tirado tudo a todos”, mostrando uma “enorme insensibilidade social” e “desprezo pela vida” das pessoas.

O PRIMEIRO-MINISTRO acusou no Parlamento o anterior executivo e o PSD em particular, como o maior partido da então coligação de direita, de estar agora a “tentar ensaiar uma retórica” de preocupação com os problemas do país quando durante os quatro anos e meio em que esteve no Governo “cortou salários e pensões, diminuiu prestações sociais e aumentou as taxas moderadoras”, mostrando um “desprezo pela vida concreta das pessoas” e uma “insensibilidade social” que, para António Costa, foi a marca de água da anterior governação. A este propósito e como reforço desta sua tese, o primeiro-ministro recordou a célebre frase proferida pelo então líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que demonstra, na opinião de António Costa, o desprezo que o anterior Governo da direita tinha pela vida dos portugueses, quando afirmou que ‘a vida das pessoas não está melhor, mas a do País está muito melhor’, como se Portugal, como acrescentou o chefe do Governo, “não fossem os portugueses e as portuguesas”. Para o primeiro-ministro, os partidos da direita andam per-

didados e sem qualquer estratégia política sustentável. Asserção que, em sua perspetiva, é bem visível no discurso que trazem para a opinião pública, recordando a este propósito António Costa as acusações que a direita fazia ao atual Governo no início do seu mandato, de que “iríamos levar o país à bancarrota, dando tudo a todos”, quando agora, numa altura em que esta legislatura está a menos de um ano de terminar, invertem o discurso e acusam o Governo de “não ter dado tudo a todos”.

Na opinião do líder do Executivo, o “mais caricato” é o país ter agora que se deparar com a mesma direita que “tirou tudo a todos” querer apresentar-se hoje perante os portugueses como a grande apoiante de “todas as lutas que aparecem”.

Melhorar o que ainda falta melhorar

Reagindo à intervenção do líder da bancada socialista, Carlos César, quando a certa altura afirmou que Portugal está hoje “muito melhor do que estava em 2015”, quando o PS assumiu responsabilidades governativas, o primeiro-ministro foi perentó-

rio ao reafirmar que o país está de facto melhor, “mas ainda não é o país com que nós sonhamos”, defendendo que o caminho certo é o de continuar a trabalhar para “melhorar o que ainda falta melhorar”.

Para António Costa, já não basta apenas trabalhar para “recuperar o que a direita destruiu”, sendo também hoje preciso responder às novas exigências da população portuguesa, designadamente, como apontou, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, defendendo que Portugal deve manter uma estratégia de progresso “passo a passo” para não voltar a cair na velha alternância de “expansão económica versus recessão”.

Defender o SNS com quem o criou e sempre apoiou

O primeiro-ministro referiu-se ainda à nova Lei de Bases da Saúde, que está neste momento em discussão na Assembleia da República, defendendo que gostaria de ver esta lei aprovada “não com uma maioria qualquer”, mas com a maioria que a “criou, apoiou e desenvolveu o Serviço Nacional de Saúde”, lembrando a este propósito que

na origem do SNS quem “não está é o PSD” que na altura, como assinalou, “votou contra” a constituição das Bases Gerais do Serviço Nacional de Saúde. António Costa acrescentou ainda que o Governo que lidera está a “reconstruir o SNS” que a direita meticulosa andou a enfraquecer e a destruir durante os quatro anos e meio em que esteve no poder, uma reconstrução que está a obrigar a repor, entre outras iniciativas, os inúmeros “cortes feitos pelo anterior Executivo do PSD/CDS”.

CTT: Respeitar a concessão vigente e assegurar a sua fiscalização

O primeiro-ministro falou ainda sobre os CTT, considerando tratar-se de uma situação “muito diferente” das que se verificam quer com a TAP, quer com a CARRIS ou os STCP, sustentando que o Estado “deve cumprir o contrato de concessão aos privados até ao fim, cabendo à entidade reguladora a fiscalização”. Sobre o apelo, suscitado durante o debate, para a recuperação pelo Estado do controlo público do serviço postal universal, o primeiro-ministro, depois de

invocar a necessidade de se cumprir com as regras, lembrou que, enquanto em relação à TAP foi possível o Governo inverter o paradigma que estava em andamento, uma vez que o “contrato de privatização não estava concluído”, ou nos casos da CARRIS e dos STCP, porque ambos ainda não tinham o visto prévio do Tribunal de Contas, no caso do CTT, como sustentou, apesar de reconhecer ter sido uma empresa “mal privatizada”, o cenário era já na altura “muito diferente”, porque, como explicou, o processo de privatização “estava já totalmente executado” quando o Governo tomou posse.

Esta situação nos CTT, acrescentou ainda o primeiro-ministro, obriga o Governo “a respeitar o contrato de concessão que está em vigor até ao próximo ano”, lembrando que não é ao Governo, mas à ANACOM, a quem cabe a tarefa de fiscalizar se o contrato de concessão está ou não a correr como acordado. Este facto não impediu, contudo, o chefe do Governo de recordar que o serviço postal universal “é um serviço público do Estado, apesar de concessionado”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



PS APELA AO MAIOR CONSENSO POSSÍVEL NA LEI DE BASES DA SAÚDE

O LÍDER parlamentar do PS defendeu que a proposta do Governo e os projetos dos partidos sobre a lei de bases da saúde devem baixar diretamente a especialidade, sem votação na generalidade.

Carlos César, que falava no final da reunião semanal do Gru-

po Parlamentar do PS, explicou que o entendimento do partido “sobre iniciativas de expressivo relevo, como as leis de bases da saúde, é que deve ser procurado o maior consenso possível no âmbito parlamentar”.

“O Partido Socialista julga que seria mais adequado que todas

as iniciativas dos diversos partidos baixem a comissão sem votação”, sublinhou ainda.

“O objetivo é articular as melhores soluções em sede de especialidade, permitindo que essa lei recolha o maior apoio possível”, frisou o presidente da bancada socialista. ■ CATARINA CORREIA



OE2019 APROVADO NO PARLAMENTO

UM ORÇAMENTO QUE CONSTRÓI O FUTURO E RESPONDE AOS DESAFIOS DO PAÍS

Portugal vai pagar até ao final deste ano a “totalidade da sua dívida ao Fundo Monetário Internacional”. A garantia foi dada pelo primeiro-ministro na Assembleia da República, no encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2019, aprovado no passado dia 29 de novembro com os votos do PS, BE, PCP e PEV.

A NOTÍCIA do pagamento total da dívida de Portugal ao FMI de 4,6 mil milhões de euros, até ao final do ano, foi anunciada pelo primeiro-ministro no Parlamento, garantindo que o cumprimento desta obrigação não só vai ajudar a preparar consistentemente o futuro do país como “reforçará a credibilidade externa” de Portugal.

O líder do Governo referiu-se depois, na sua intervenção, a uma já célebre frase proferida pelo antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, quando alertava o Governo da altura de que “havia mais vida para além do défice”, afirmação que levou António Costa a garantir que hoje “todos temos também plena consciência de que há mais vida para além do Orçamento do Estado”.

Para o líder do Executivo socialista, “valeu a pena” que o PS tivesse assinado após as eleições legislativas de 2015 o acordo de incidência parlamentar com os partidos à sua esquerda, defendendo que este entendimento tem sido a prin-

cipal alavanca para que tivesse havido nesta legislatura uma “mudança política”, que garantiu “estabilidade e o regresso do país à normalidade constitucional”, a recuperação económica e a “melhoria sustentada da vida dos portugueses”.

Éxitos que estão moldados, lembrou ainda o chefe do Governo, quer no crescimento económico, quer também em mais e melhores empregos, assim como numa maior igualdade, nas contas certas e na “credibilidade internacional de Portugal”, sendo que para António Costa a maior conquista alcançada nesta legislatura “é o grau de confiança” que, por um lado, os cidadãos têm hoje nas suas instituições democráticas, e, por outro lado, a própria União Europeia em Portugal.

Uma realidade que para o primeiro-ministro só foi possível graças aos avanços qualitativos que o país alcançou nos últimos três anos em matéria de aprofundamento da sua democracia, tornando-a “mais rica

e aberta a acolher todos por igual”, um país onde foi possível “construir uma alternativa”, que não condena os cidadãos ao “pensamento único da ortodoxia liberal”, como estava a suceder durante a anterior legislatura liderada por um Governo de direita.

Projetar o futuro

Para o primeiro-ministro é agora necessário, depois de o seu Governo ter reduzido o défice e a dívida, “sem cortes nas pensões e nos salários e sem aumentar os impostos” ou enfraquecer os serviços públicos, mas pelo contrário “devolvendo pensões e salários e recuperando a qualidade dos serviços públicos e restituindo direitos”, ou seja, como sublinhou, “não sacrificámos os portugueses à obsessão do défice”, começar desde já a preparar os próximos anos, seguindo aliás os passos e as recomendações plasmadas na Agenda para a Década apresentada pelo PS há quatro anos, dando continuidade a estas “boas políticas

que tão bons resultados estão a dar”.

Mas, para que este cenário se reforce e se torne irreversível, é preciso, segundo António Costa, manter o rumo da sustentabilidade financeira, dotando o país com os instrumentos necessários para poder enfrentar os “desafios demográficos, as alterações climáticas, os estímulos da inovação, a redução das desigualdades e o equilíbrio da Segurança Social”, áreas que para o primeiro-ministro serão mais consistentes e possíveis de fortalecer caso o trabalho do PS com os partidos à sua esquerda possa prosseguir como até aqui, acrescentando ainda mais estabilidade à política portuguesa.

Já na parte final da sua intervenção, o primeiro-ministro deixou a promessa de que, no ano de 2019, as famílias portuguesas “vão sentir um novo alívio fiscal”, designadamente, como garantiu, “pagando menos mil milhões de euros de IRS do que pagavam em 2015”, salientando ainda que o rendimento das

famílias irá igualmente beneficiar com a “redução das despesas com transportes e energia”. Para além destes benefícios, António Costa fez ainda questão de lembrar o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares “a todos os alunos que frequentam o ensino obrigatório” na rede pública, iniciativa que vai abranger cerca de 1,2 milhões de alunos, assim como a redução do valor da propina máxima praticada nas universidades e politécnicos. Segundo o primeiro-ministro, este é um Orçamento do Estado que “exprime com clareza” a mudança de políticas que foi iniciada há três anos pelo Governo do PS com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, um Orçamento que “une os portugueses, jovens ou idosos, funcionários públicos ou trabalhadores do setor privado, portugueses que vivem no litoral ou no interior”, assegurando a todos, como acrescentou, “melhores serviços públicos de acesso universal”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



TRÊS ANOS DE CONFIANÇA NA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA

O PS DE HOJE É O PS DE SEMPRE: EUROPEU, SOCIAL-DEMOCRATA, MODERADO E REFORMISTA

O Partido Socialista continua a ser o mesmo de sempre. Um partido “nacional, popular, social-democrata, moderado e reformista”, com a mesma identidade e o “campeão da integração europeia de Portugal”, afirmou, em Guimarães o Secretário-geral e primeiro-ministro, António Costa, num jantar organizado para celebrar os três anos de Governo socialista.

PARA o líder do PS, que falava em Guimarães num jantar comemorativo do terceiro aniversário do Governo, evento que contou com a participação de mais de 1.300 militantes, o Partido Socialista mantém a coerência de sempre do seu programa, designadamente, como referiu, na vontade de aprofundar a construção europeia, atribuindo o “sucesso” da atual estabilidade governativa ao facto de os partidos com maioria parlamentar “terem sabido preservar a sua identidade própria”.

Segundo António Costa, esta tem sido aliás a marca de água do êxito governativo nestes últimos três anos, lembrando a coerência e a estabilidade que tanto o PS como os partidos à

sua esquerda têm sabido preservar, “respeitando as diferenças” sem, contudo, ninguém ter deixado de “cumprir com o que acordamos uns com os outros”. A ideia peregrina que existiu em certos meios políticos, dentro e fora de Portugal, de que o PS corria o risco de perder a sua identidade e coerência por ter apoiado e dinamizado uma solução governativa sustentada parlamentariamente em partidos com visões negativas sobre a União Europeia, está hoje, para António Costa, absolutamente desfeita, lembrando a este propósito o líder do PS e primeiro-ministro o sucesso que as políticas do Governo têm vindo a alcançar nos últimos três anos, quer a nível económico, quer social, garan-

tindo que o PS continua a ser “o partido de sempre, o PS de Mário Soares e dos nossos fundadores, da democracia, da liberdade, da justiça social e da Europa”.

O êxito das contas certas

Sobre estes últimos três anos de Governo, António Costa referiu-se ao que designou como sendo os “vários feitos do Executivo”, elencando áreas como a educação, a saúde ou a redução do défice, mas também o aumento do salário mínimo nacional, frisando ser ainda preciso “continuar a ter boas finanças públicas e contas certas” e prosseguir com o “investimento na qualidade da escola pública e no Serviço Nacional de Saúde”, porque os portugueses “não po-

dem perder nada do que reconquistámos nestes três anos”.

O líder socialista referiu ainda que 2017 foi o primeiro ano em que se registou uma inversão do saldo migratório, algo que não acontecia, como lembrou, desde 2008, o que é uma demonstração clara e um indicador, também da parte dos mais jovens que se viram obrigados a emigrar durante a governação da direita, da “confiança e da esperança” que têm no futuro do país e na sua economia, lembrando António Costa que, em 2017, saíram de Portugal menos 20 mil pessoas e entraram mais 17 mil pessoas do que em 2015”, uma realidade que, na sua perspetiva, significa que as pessoas “deixaram de pensar que só lá fora podiam realizar o

seu futuro”.

O líder socialista teve ainda ocasião de apelar aos muitos militantes presentes neste jantar em Guimarães, apelo que foi igualmente extensivo a todos os militantes e simpatizantes socialistas de todo o país, para “reforçarem a confiança no PS”, não deixando de participar ativamente nas próximas eleições europeias, regionais da Madeira e legislativas, sustentando ser fundamental que o PS continue a ser a força política mais forte e representativa dos portugueses, “porque é o PS que na sociedade portuguesa é a força reformista e de equilíbrio, que sabe compatibilizar a rutura da austeridade com a participação na União Europeia”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

A NOSSA EUROPA

ANA CATARINA MENDES



“ A Europa que queremos é a Europa dos povos, que dedique a sua energia e os seus recursos a resolver os problemas das pessoas

As eleições europeias de maio serão as mais importantes da história da União Europeia. Sim, o Brexit. Mas também os nacionalismos fermentados pelos populismos que alastram, que se traduzem em pulsões isolacionistas e atacam os próprios fundamentos da construção europeia, desde logo aqueles plasmados numa das mais belas e emblemáticas conquistas da Europa unida, que é a livre circulação de pessoas. A nossa convicção é que é na Europa e não fora dela que estas questões se superam. Somos radicalmente europeus, europeístas convictos, mas certamente não a qualquer preço. A Europa que queremos é a Europa dos povos, que dedique a sua energia e os seus recursos a resolver os problemas das pessoas. A União Europeia não existe para se justificar a si própria, ainda que às vezes possa ser essa a imagem que faz passar, mas como um instrumento aos serviços dos povos e dos estados-membros. A ela lhe devemos, desde logo, o maior período de paz na história deste território, mas sabemos que há muito a mudar para que a UE assuma plenamente a sua vocação de alavanca ao desenvolvimento. Uma mudança que só se poderá fazer dentro e não fora da UE.

Nos últimos três anos, sob impulso do Governo do PS, mudou muito o papel de Portugal na Europa. Abandonámos o papel único de resignados e obedientes bons alunos e temos hoje voz própria. Portugal voltou a ser escutado com atenção e a ter um papel influente, liderando debates, mobilizando sinergias entre estados-membros, propondo soluções. Não, ao contrário do que alguns dizem (os mesmos que se sentiam realizados no exclusivo papel de aluno obediente), não é um acaso ou fruto de qualquer bambúrrio que o ministro das Finanças de Portugal é hoje o presidente do Eurogrupo.

Ajudámos a ir mudando o pensamento europeu e isso reflete-se na perda de influência da ortodoxia neoliberal, que há três anos predominava e impunha as soluções, tidas como únicas. Hoje reconhece-se que havia (e continua a haver) outro caminho.

É esse caminho outro que temos de prosseguir. Em Portugal e na Europa. Porque, para nós, Portugal é Europa. ■



PS APRESENTA LISTA INTEGRALMENTE PARITÁRIA ÀS EUROPEIAS

O SECRETÁRIO-GERAL do PS, António Costa, reuniu a Comissão Política Nacional, no dia 7 de fevereiro, para discutir a preparação das próximas eleições europeias.

Do encontro saiu o compromisso de que a lista a apresentar pelo PS às eleições de 26 de maio será “integralmente paritária” em termos de género e que a representatividade das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira estará também assegurada entre os primeiros lugares efetivos.

A reunião serviu ainda para o Secretário-geral do PS receber

um mandato da Comissão Política Nacional para apresentar oficialmente o cabeça de lista do PS no dia 16, durante a Convenção Nacional, em Vila Nova de Gaia, como deu conta no final do encontro o dirigente nacional Bernardo Trindade.

Bernardo Trindade salientou que o PS está a concretizar o programa que calendarizou, na preparação para as europeias de maio, “que passa por finalizar as convenções regionais”, dando expressão à decisão de levar um debate alargado às cinco regiões do continente – Alentejo, Centro, Algarve, Norte e Lisboa e Vale do

Tejo - e às duas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. “Hoje a mobilização do partido faz-se um pouco por todo o país”, sublinhou, destacando “uma adesão fortíssima, de grande aceitação e intervenção”.

Depois de apresentado o cabeça de lista, a restante lista do Partido Socialista será aprovada no próximo dia 28, em nova Comissão Política Nacional. Já no dia 9 de março, em reunião de Comissão Nacional, será aprovado o manifesto político que o PS irá apresentar às eleições europeias. ■



PS-AÇORES ESCOLHE CANDIDATO AO PARLAMENTO EUROPEU

André Bradford é o candidato escolhido pelo PS-Açores para integrar a lista do Partido Socialista às eleições para o Parlamento Europeu.

FALANDO no final da reunião dos socialistas açorianos, que decorreu no dia 9 de fevereiro, na Horta, o presidente da Comissão Regional do PS-Açores, Carlos César, salientou que a escolha representa “uma decisão que prestigia o Partido Socialista”, apresentando “uma candidatura jovem, dinâmica, consciente dos desafios que as novas gerações têm no contexto europeu, do valor da Europa para o presente e para o futuro” da Região.

“É um político com experiência na área da cooperação externa, com provas dadas, com compe-

tência reconhecida na nossa Região e que será certamente um motivo de mobilização dos Açores no contexto europeu”, elogiou Carlos César, André Bradford é licenciado em Comunicação Social e Cultural pela Universidade Católica Portuguesa (UCP).

No X Governo Regional dos Açores, foi Secretário Regional da Presidência e membro suplente do Comité das Regiões da União Europeia. Ainda a nível europeu, foi membro do Comité Permanente da Conferência de Presidentes das Regiões Ultrapre-

terísticas da União Europeia e representante suplente da Região na Assembleia das Regiões da Europa e na Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa.

De 2005 a 2008, André Bradford foi o representante da Região na Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.

Eleito deputado ao Parlamento Regional em 2004, 2008, 2012 e 2016, é na atual legislatura presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores. ■

